

## **DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSIÇÃO SOCIAL:** políticas de incentivo à leitura no espaço rural maranhense

**Carlos Wellington Soares Martins**  
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSIÇÃO SOCIAL:** políticas de incentivo à leitura no espaço rural maranhense  
**Resumo:** O artigo objetiva delimitar, à luz da literatura, sobre desenvolvimento regional, um quadro da situação política, social e cultural do Estado do Maranhão e suas contradições no que diz respeito a políticas sociais no meio rural, mais especificamente nas referentes a letramento e acesso a bens culturais. Realiza uma breve análise das políticas públicas de incentivo à leitura, especialmente do “Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras” que tem como público-alvo as comunidades rurais do Estado do Maranhão. Questiona as implicações no redimensionamento das práticas sociais decorrentes da implantação do programa. Constata que a democratização do acesso à informação se configura como um importante fator para que o indivíduo se sinta parte da construção de uma sociedade através das relações sociais.  
**Palavras-chave:** Desenvolvimento regional, bibliotecas rurais, políticas públicas, leitura.

**REGIONAL DEVELOPMENT AND SOCIAL TRANSITION:** politics of incentive to the reading in the maranhense agricultural space

**Abstract:** This work aims to outline, in lights of literature on regional development, a picture of the political, social and cultural situation of Maranhão state and its contradictions concerning Social policies in the rural area, specifically those referring to literacy and access to cultural possessions. It briefly carries out an analysis of the public policies of incentive to reading, the “Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras”, that has the rural communities of Maranhão as a public target, and its implications in the resizing of the social practices resulting from the program introduction. It finds evidences that the democratization of the access to information is an important factor so that the individual feels taking part of Society through Social relations.

**Key words:** Regional development, agricultural libraries, public policies, reading.

Recebido em: 17.02.2012. Aprovado em: 22.10.2012.

## 1 INTRODUÇÃO

As contradições no campo social, político, econômico e cultural são vivenciadas diariamente num país com dimensões continentais como o Brasil, demonstrando fragilidade quanto aos direitos sociais e a participação efetiva da sociedade civil nas políticas que são articuladas, tendo o desenvolvimento como principal objetivo.

No entanto, percebe-se que o discurso defendido pelos dirigentes contrasta diretamente com a realidade, quando na verdade, por trás de uma preleção de desenvolvimento, escondem-se intenções reais, como: a extinção de fronteiras econômicas através da criação de amplos mercados, aumentando a exclusão social e reforçando, dessa forma, a desigualdade social entre os indivíduos, como também comprometendo a identidade cultural.

Hoje, o grande insumo que move o mundo é a informação, considerada fator estratégico e determinante para o desenvolvimento de uma nação. Portanto, quem não pode ter acesso a ela, distancia-se cada vez mais do mercado de trabalho e das discussões políticas, ficando à margem das relações sociais. As comunidades periféricas, que se encontram longe dos centros urbanos apresentam dificuldades oriundas dessa necessidade informacional. Nelas, a cidadania não é posta em prática pelo fato de o próprio indivíduo desconhecer ou mesmo não se reconhecer como membro de uma sociedade que o subjuga e relega a ele papéis secundários nas relações sociais, sempre de forma marginalizada.

Tratando-se de um país com dimensões continentais, que apresenta uma diversidade cultural em ampla escala, o Brasil configura-se ainda como uma nação de níveis de desenvolvimento discrepantes em relação aos estados que compõem a Federação, fato evidenciado pelos indicadores aferidos que atestam as divergências, quando levantados os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) da Região Nordeste em comparação com outras regiões.

Trazendo a discussão para o Estado do Maranhão, o cenário é ainda mais desolador, pois esse Estado sempre figura como um dos piores em IDH, analfabetismo, falta de saneamento básico, reforçando a contradição de um Estado com tanto potencial continuar numa situação degradante quanto a questões básicas da sobrevivência humana. Como pensar, então, num modelo de desenvolvimento para esse Estado, que lhe permita uma transição social e minimize a segregação social?

A questão é ainda mais alarmante quando se faz uma análise entre o espaço rural e o urbano, revelando uma situação ainda pior em relação aos direitos humanos, onde o homem do campo vive numa situação de extremo abandono, posto que as

políticas sociais ou inexistem ou são ineficientes.

No cenário cultural, as políticas públicas foram utilizadas como instrumento de gestão há menos tempo, a exemplo das políticas públicas de incentivo à leitura e democratização do acesso à informação, que apenas recentemente tem gerado estudos. Este artigo faz uma abordagem da necessidade de políticas de incentivo à leitura no meio rural, mais especificamente no espaço rural maranhense, analisando o Programa de Implantação de Bibliotecas Rurais "Arca das Letras" no Estado do Maranhão e sua relação com o desenvolvimento regional.

## 2 POLITICAS DE LEITURA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A questão do desenvolvimento regional é tema recorrente nas discussões acadêmicas e na pauta de atuação do Governo. O favorecimento de uma expansão econômica é decorrente de diversos fatores que coexistem e necessitam de uma atuação conjunta. Todavia, a própria especificação do que seja região e território encontra-se em amplo debate, gerando concepções distintas no campo da teoria e de sua atuação.

No entanto, essas disparidades regionais agravam-se juntamente com um crescimento desigual, reforça Souza (2009), e isso independe do local; então, a definição precisa de cada região configura-se como sendo um dos menores problemas. A ênfase, segundo o autor, deve ser direcionada para os mecanismos que causam e aceleram as disparidades espaciais para uma análise regional contundente.

Sen (2000, p.18) vislumbra um desenvolvimento para a liberdade, porém para que tal fato ocorra faz-se necessário que se:

[...] removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância e interferência excessiva de estados repressivos.

A implantação de políticas no meio rural são ainda mais polêmicas devido a conflitos de interesses e esquemas de ação mal elaborados, onde tais iniciativas acabam por estar deslocadas para o lugar comum do voluntarismo, negligenciando as questões estruturais do país e as marcantes especificidades de suas regiões (BRANDÃO, 2007) originando a necessidade de avaliação para apontar possíveis melhorias durante o processo e que as reais metas sejam alcançadas.

O Ministério da Cultura e da Educação, durante o Governo Lula, elaborou o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), como política de incentivo à leitura,

cuja missão era zerar o número de municípios sem bibliotecas e otimizar as que funcionavam de forma precária.

Dentre os objetivos do PNLL, destaca-se: permitir o acesso e democratização da informação para os não-leitores e para aqueles que estão excluídos da possibilidade do acesso ao livro, independente de barreiras geográficas. (BRASIL, 2007). Partindo desse objetivo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) elaborou um Programa de Criação de Bibliotecas Rurais conhecido como “Arca das Letras” que visa a democratização e facilitação ao acesso à leitura por parte das comunidades rurais, com a entrega de arcas com acervo variado e escolha de agentes de leitura para atuarem como mediadores na socialização desse acervo.

O Programa de Bibliotecas Rurais “Arca das Letras” é uma

[...] política afirmativa e inclusiva materializada pela metodologia de implantação de bibliotecas rurais e veiculadas por meio de uma rede de parcerias, que vem promovendo a leitura como pressuposto para o desenvolvimento das atividades de educação e formação dos moradores do campo (SOARES; CARNEIRO, 2010, p.23).

Contabiliza-se mais de 7.049 arcas e a formação de 15 mil agentes de leitura, além da circulação de mais de 2 milhões de livros nas casas de 800 mil famílias de comunidades rurais. O MDA reforça a necessidade da participação das comunidades nas etapas de planejamento, desenvolvimento e gestão das Arcas das Letras. (SOUSA; CARNEIRO, 2010).

A implantação de um programa como o “Arca das Letras”, que tem o objetivo de facilitar o acesso ao livro e incentivar a leitura no meio rural brasileiro através da instalação de bibliotecas e da formação de agentes de leitura, carece de um olhar sociológico que investigue a real intervenção que tal programa efetivará nas comunidades rurais que serão atendidas. A análise do programa é, assim, relevante, considerando a dimensão do projeto em nível nacional, a grande quantidade de Arca das Letras implantadas e o número de famílias de comunidades rurais que são contempladas com o programa.

A política é estruturada numa tentativa de construção de um espaço familiar de vida e trabalho, como território de memória social para futuras gerações compreenderem os processos sociais das lutas dos trabalhadores rurais, em decorrência da extrema mobilidade do agricultor submetido a constantes deslocamentos espaciais e de segregação social. (MIRANDA, 2010).

Os espaços de leitura evidenciados pelo

Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras devem ser compreendidos como um

[...] território de memória, informação e conhecimento, por não ser um espaço estático onde as suas atividades se limitam exclusivamente ao atendimento ao alunado do ensino fundamental e médio. Para essa concepção de biblioteca, ela só existe se realmente for um espaço aberto a participação democrática de todos (incluindo a do alunado), porque, apesar de o livro e a leitura serem seus principais suportes físicos e intelectuais, são incorporadas também outras atividades socioculturais, religiosas, políticas, desportivas e/ou recreativas das comunidades usuárias. (PRADO, 2009, p.377).

Uma biblioteca democrática teria que ter como característica a sintonia com as necessidades e interesses de seus usuários com o intuito de proporcionar todo tipo de informação nos níveis de sua utilidade efetiva, lançando mão de todos os recursos disseminadores de informação, utilizando de serviços cooperativos (FEITOSA, 1998).

Através de uma ação cultural dialógica e libertadora é que o usuário pode interagir com a atividade, refletindo sobre o tema apresentado. A partir da discussão é que o indivíduo toma conhecimento da realidade e uma análise crítica do letramento, da alfabetização, que envolve uma compreensão crítica da leitura e, por conseguinte, uma compreensão crítica da biblioteca. (FREIRE, 1989). A ação cultural, nesse contexto, deve levar o tema à exaustão, para que os sujeitos sociais envolvidos possam, a partir daí, dialogar e poder tirar suas próprias conclusões.

Essa ação dialógica encontra, na proposta de Freire (1982), ressonância, com o intuito de fazer dos indivíduos membros partícipes de sua realidade, não podendo esse processo ser imposto pela cultura das classes opressoras. A conscientização alcança o seu mais alto nível quando se dá a prática da transformação libertadora, havendo a comunhão com as classes populares. (FREIRE, 1982).

Santos (2007) enfatiza a importância que as relações sociais operam na configuração do espaço e analisa a discrepância existente entre o espaço urbano e o rural, bem como o impacto decorrente de políticas sociais, econômicas e de inovações tecnológicas; comunga com o pensamento de Massey (2008), autora que critica duramente a teoria temporal e atesta ser, espaço e tempo categorias distintas, porém indissociáveis. Assim, ela reforça a necessidade das discussões acerca do espaço e revela o quanto o mesmo incorre na compreensão acerca da região, do território, dos movimentos sociais e dos impactos sofridos por essas estruturas através das inovações tecnológicas e das condições

econômicas e políticas.

Harvey (2004) aborda a globalização como um mal disfarçado em discursos de desenvolvimento, com benefícios para poucos, em detrimento da grande maioria, assassinando esperanças e subjugando humanidades; essa inserção na globalização, para o desenvolvimento, foi amparada em um “[...] discurso que privilegiava a esfera econômica e que teve como vítima o social.” (SOUZA; FURTADO, 2004, p.35), discutindo, dessa forma, uma concepção de atuação dos movimentos sociais na redefinição de políticas e de cenários, trazendo também a discussão acerca das escalas espaciais e sua dinâmica através de diversos fatores correlacionados e contundentes sobre a definição de região, territorialidade e movimentos sociais numa estrutura socioespacial.

Industrialização, desestatização e internacionalização são consideradas como fatores favoráveis ao desenvolvimento, podendo vir a beneficiar de alguma forma o crescimento econômico, porém o que se vislumbra é a ineficácia por parte dessas ações que alteraram cenários de forma drástica e negativa, no que tange às relações de trabalho e as formas de sociabilidade. (POCHMANN, 2001). Nem discursos acerca das benesses oriundas de inovações tecnológicas e da globalização foram suficientes para a melhoria nas condições de vida, pois se evidenciam como excludentes e benefícios para poucos, aumentando ainda mais a distância existente entre regiões e gerando conflitos.

### **3 SEGREGAÇÃO SOCIAL E O RURAL BRASILEIRO**

Questões como infraestrutura, tecnologia, educação e saúde básica sempre são apontadas como lacunas no cotidiano da vida dos brasileiros, e a inexistência ou ineficácia de políticas públicas atestam o descaso para com o cidadão. A questão do espaço e da territorialidade brasileira são desconsiderados na pauta das discussões políticas brasileiras e nas formulações de políticas públicas, relegando a relevância que o tema tem na formação sócio-espacial, como produto de relações sociais no país. (SOUZA, 1996).

Mesmo com o intenso crescimento da pobreza em áreas urbanas, a questão social na dimensão rural agrava-se de forma mais expressiva. Segundo Veiga (2010), 80% dos municípios brasileiros têm características rurais e detêm aproximadamente 30% da população brasileira. A maioria dessa população vive em cenário de extrema miséria, sem perspectiva alguma de vida, submetendo-se a uma subsistência sem acesso ao que existe de mais básico para uma vida digna.

O homem do campo brasileiro, em sua maioria, está desarmado diante de uma

economia cada vez mais modernizada, concentrada e desalmada, incapaz de se premunir contra as vacilações da natureza, de se armar para acompanhar os progressos técnicos contra as oscilações de preços externos e internos, e a ganância dos intermediários. Esse homem do campo é menos titular de direitos que a maioria dos homens da cidade, já que os serviços públicos essenciais lhe são negados, sob a desculpa da carência de recursos para lhe fazer chegar saúde e educação, água e eletricidade, para não falar de tantos outros serviços essenciais. (SANTOS, 2007, p.41-43).

Esse cenário reflete um ambiente tenso, gerando desconforto e revolta por parte do trabalhador rural, ocasionando confrontos de terra cada vez mais comuns na realidade brasileira. Ações governamentais, para manter um diálogo e favorecer mudanças de cenários, ainda são incipientes, mantendo as comunidades rurais como coadjuvantes no processo decisório e de planejamento de políticas públicas. De acordo com a pesquisa Retratos da Leitura, do Instituto Pró-Livro e Ibope Inteligência, a zona rural concentra 66% do total de não leitores no país e as capitais, 22%. (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2012).

Nas zonas rurais do Nordeste a situação agrava-se cada vez mais, pois a demanda irregular por trabalho acaba por determinar condições de emprego adversas para a grande maioria dos trabalhadores, com contratações temporárias, crescimento do trabalho infantil e trabalho escravo, o que favorece um ambiente hostil, e de degradação humana. O que se percebe é uma intensa ação de grupos empresariais não se restringindo apenas ao setor industrial, mas também à construção civil, complexos agroindustriais e na atividade comercial, o capital centralizando-se em grandes cadeias de magazines e supermercados. (ARAÚJO, 2000).

Apesar do número relevante de investimentos industriais, questões como trabalho escravo e infantil ainda são presentes no cotidiano dos moradores da zona rural maranhense, pois a grande parte dos filhos de trabalhadores rurais ajuda os pais na roça, nas tarefas do lar, cuidando de irmãos mais novos, também trabalhando em feiras e no comércio local. (MOURA, 2009). Assim, grande parte da população ainda sobrevive da agricultura de subsistência, como indica Dias (1990, p.46):

As empresas instaladas na zona rural tiram do homem do campo não só a oportunidade de ter acesso aos bens materiais adquiridos através do cultivo da terra, mas também dos bens culturais. Em consequência da expropriação da terra, ao filho do camponês é negado o direito de poder freqüentar uma escola

pelo deslocamento do trabalhador do campo, de uma região para outra, à procura de terras devolutas para plantar e morar.

Este desenvolvimento desigual traduz-se por desigualdades cumulativas do lucro e da acumulação. (LIPIETZ, 1988). O modo de produção capitalista caracteriza-se pela separação dos produtores de seus meios de produção e pelo caráter privado. A classe trabalhadora, no capitalismo, é privada não somente dos bens que produz, mas de todos os objetos e instrumentos necessários para a produção. A natureza torna-se um meio universal de produção, de modo que ela não somente provê o sujeito, o objeto e os instrumentos de produção, mas é, em sua totalidade, um acessório para o processo de produção. (SMITH, 1988).

A condição humana de pertencimento ao espaço pressupõe o acesso a um lugar, relacionar-se, realizar transformações e ter plena consciência disso. Expressões como: apropriação, valorização e consciência são importantes referenciais das integrações sociais. (HEIDRICH, 2004).

Segundo Castells (1983), a segregação social tem como intenção favorecer a reprodução das forças de trabalho, onde os processos possuem uma integração e são articulados com a estrutura social. Para Marcuse (2004), historicamente existe um padrão de segregação que atinge as classes sociais e pode ser dividido da seguinte forma:

- a) divisão cultural: através da língua, religião, características étnicas, arquitetura, país e nacionalidade;
- b) divisão funcional: resulta da lógica econômica, com foco na divisão entre bairros comerciais e residenciais, áreas rurais e industriais, onde a divisão do espaço ocorre pela função exercida em cada atividade;
- c) divisão por diferença no status hierárquico: reflete e reproduz as relações de poder.

Negri (2008) evidencia que essas relações, atualmente, dão-se em função de fatores econômicos, as formas que as classes se distribuem no espaço dependem do acúmulo do capital individual que cada um agrega, enquanto fatores como diferenciação residencial, de renda, proximidade a serviços como água, esgoto, educação de qualidade, serviços de segurança pública são apontados por Harvey (1980) como indicadores de segregação espacial.

Sob essa perspectiva, questões antigas, sem resolução, permeiam o meio rural, como apontadas por Carmo (2009, p. 263-264):

O espaço rural tem sofrido um conjunto de mudanças estruturais resultantes fundamentalmente do processo de

urbanização que se estendem e penetram em áreas significativas das zonas rurais. No entanto, as influências da urbanização não podem ser vistas de forma homogênea, elas não se generalizam e não são apropriadas da mesma maneira pelas diferentes localidades e comunidades. Pelo contrário, todos esses processos compreendem uma série de modalidades advindas de diferentes relações estabelecidas entre a tradição e a modernização. Neste sentido, nem é o moderno que invade e coloniza os espaços rurais, nem é a tradição que se apropria, à sua maneira, dos fenômenos urbanos. Existe uma inter-relação constante que depende dos contextos sociais.

Além da grande diversidade de fatores sociais, econômicos e culturais, a população que reside no meio rural possui dinâmicas diferentes de acordo com ideologias e modos de vida. Soares e Carneiro (2010) enumeram as localidades de residência e trabalho de agricultores familiares, assentamentos de reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas e ribeirinhos como exemplos de comunidades rurais.

Temáticas como empoderamento e participação cidadã são cada vez mais comuns na academia e em discursos políticos partidários na tentativa de antever um desenvolvimento regional e garantir a contribuição dos grupos sociais envolvidos em todo o processo. Porém, tais iniciativas esbarram em problemas de ordem teórica e de interesses pessoais. Gohn (2004, p.24, grifo da autora) compreende essa participação cidadã quando as seguintes questões forem levadas em consideração:

- a. Uma sociedade democrática só é possível via o caminho da participação dos indivíduos e grupos sociais organizados.
- b. Não se muda a sociedade apenas com a participação no plano local, micro, mas é a partir do plano micro que se dá o processo de mudança e transformação na sociedade.
- c. É no plano local, especialmente num dado território, que se concentram as energias e forças sociais da comunidade, constituindo o poder local daquela região; no local onde ocorrem as experiências, ele é a fonte do verdadeiro capital social, aquele que nasce e se alimenta da solidariedade como valor humano. O local gera capital social quando gera autoconfiança nos indivíduos de uma localidade, para que superem suas dificuldades. Gera, junto com a solidariedade, coesão social, forças emancipatórias, fontes para mudanças e transformação social.

d. É no território local que se localizam instituições importantes no cotidiano de vida da população, como as escolas, os postos de saúde etc. Mas o poder local de uma comunidade não existe a priori, tem que ser organizado, adensado em função de objetivos que respeitem as culturas e diversidades locais, que criem laços de pertencimento e identidade sociocultural e política.

A questão rural configura-se complexa, com muitas lacunas a serem solucionadas. No entanto, a população residente no meio rural tem demonstrado capacidade de organizar-se em prol de um objetivo comum intensificado pelos movimentos sociais e sindicais, com vistas ao início de um diálogo para elaboração de projetos e propostas de reforma agrária, garantindo melhores condições de vida no campo, orientadas por um planejamento regional sustentável. (SOARES; CARNEIRO, 2010).

#### 4 O ESPAÇO RURAL MARANHENSE: um lugar para a leitura?

Em questões comparativas, com relação a investimentos, melhoria na educação, saúde, infraestrutura ou mesmo otimização em relação às políticas sociais, o Maranhão sempre figura como um dos estados mais pobres do Brasil, muito atrás de outros estados da região nordeste, no que tange ao desenvolvimento e à efetivação de políticas públicas. Logicamente que o território e o espaço não se encontram distantes de uma intervenção estatal na produção capitalista, pois:

[...] o território tem sido objeto de intervenção direta do Estado a partir de diretrizes federais que impõe novos elementos e conteúdos. Esses, por sua vez, revelem dinamismo vinculado à modernização da economia e do território em função dos diferentes usos e objetivos definidos em que, para efeito de análise e apreensão da reorganização do espaço, as Políticas Territoriais são o elemento central. (FERREIRA, 2008, p.182).

Obviamente que vários fatores contribuem para essa situação, alicerçada numa política conservadora que impede o desenvolvimento do Estado e legitima um discurso oligárquico, como identifica Barbosa (2000, p.1):

As temporalidades da política no Maranhão estão intrinsecamente associadas ao grupo Sarney e seu projeto de dominação na política regional e local, vinculado ao discurso de modernização econômica desde 1965. A base ideológica desse projeto

foi construída sob o mito do passado de um Maranhão de prosperidade.

Dessa forma, compreende-se território em consonância com o pensamento de Santos (apud SOUZA; FURTADO, 2004, p. 16) como “[...] formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”, e em sua noção operacional, conforme Gonçalves (2008) como sendo um espaço de decisões políticas, envolvendo processos de composição de autoridade, poder e dominação política, além da questão ideológica.

Essa postura acaba por incorrer numa situação desoladora, evidenciada no Censo 2010, e demonstra que a taxa de mortalidade infantil (número de crianças mortas no primeiro ano de vida, em mil nascidas vivas), por exemplo, ficou em 36,5% em 2009. É a segunda taxa mais alta do país, embora tenha havido uma queda em relação a 2008, quando era de 37,9% e aponta que o Maranhão obteve o quarto pior resultado do país, com 19,1% de pessoas acima de 15 anos que não sabem ler nem escrever. O Maranhão conta, segundo o IBGE, com 31,7% de pessoas com mais de 15 anos que são analfabetas funcionais. É o quarto pior índice do país. Os três estados com mais analfabetos funcionais são: Piauí (37,5%), Alagoas (36,5) e Paraíba (33,4%). (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Um dos fortes indutores para o empobrecimento dos países está relacionado à exclusão do cidadão do mercado de trabalho, à inexistência ou ineficácia de políticas direcionadas à democratização ao acesso à informação e, principalmente, à falta de preparo da mão de obra e de investimentos em educação, com o fim de objetivar a formação integral e integradora do indivíduo numa concepção cidadã e dele com o ambiente, tendo como pilar de sustentação as demandas sociais das profissões, o fortalecimento da cidadania e da democracia.

Quando se fala em produção e incentivo, por parte do Estado, no que tange à cultura, esbarra-se no direito do cidadão de participar nas decisões da política cultural e de poder intervir nas diretrizes culturais da questão orçamentária, com o intuito de garantir o acesso à produção cultural, como explica Chauí (2006, p. 238):

Trata-se, pois, de uma política cultural definida pela idéia de cidadania cultural, em que a cultura não se reduz ao supérfluo, ao entretenimento aos padrões do mercado, à oficialidade doutrinária (que é ideologia) mas se realiza como direito de todos os cidadãos, direito a partir do qual a divisão social das classes ou a luta de classes possa manifestar-se e ser trabalhada porque, no exercício do direito à cultura, os cidadãos, como sujeitos sociais e políticos, se diferenciam, entram em

conflito, comunicam e trocam suas experiências, recusam formas de cultura, criam outras e movem todo o processo cultural.

A estatização da cultura acaba gerando produtos e serviços controversos, muito aquém de seus objetivos, pois o vínculo entre cultura e desenvolvimento nacional acaba por subordinar os planos culturais a um modelo de desenvolvimento capitalista, disfarçando interesses econômicos em discursos de progresso e desenvolvimento gerando intervenção estatal e industrialização direta sobre a produção cultural e o controle ideológico da população para o consumo de bens culturais, com vistas a legitimar um discurso. (CHAUÍ et al, 1985).

Compreende-se política cultural como integrando um conjunto de intervenções realizadas pelo estado, as instituições civis e os grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transição social. Em se tratando de bens culturais, a situação torna-se mais complicada, pois o acesso é praticamente inexistente para quem está distante dos grandes centros urbanos, onde novamente fica evidente a discrepância em ações entre o espaço urbano e o rural.

Basicamente, o Estado do Maranhão é caracterizado por dimensões rurais, onde as comunidades que vivem na região do campo não encontram soluções para os mais diversos problemas existentes em sua realidade, não se percebendo enquanto sujeitos sociais. Segundo dados do Censo 2010, o Maranhão é o estado que possui o maior percentual de pessoas que habitam na zona rural num percentual de 36.9% dos 6,5 milhões de habitantes, representando um total de 2.427.640 pessoas em todo o Estado. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

O Programa de Bibliotecas Rurais “Arca das Letras” já implantou arcas no Estado do Maranhão em aproximadamente 421 comunidades nos territórios da Baixada Ocidental, Cocais, Vale do Itapecuru, Baixo Parnaíba, Campos e Lagos, Lençóis Maranhenses, Médio Mearim, Alto Turu e Gurupi (BRASIL, 2010), atendendo 38.713 famílias com características diversas que as classificam enquanto comunidades rurais compreendidas em: agricultura familiar, Projeto de Assentamento (INCRA), remanescente de quilombos, indígenas, Escola Família Agrícola, assentamento estadual, colônia de pescadores, Projeto de Crédito Fundiário e Casa Família Rural.

Mesmo com a quantidade de arcas entregues e a variedade de famílias atendidas pelo programa, sua ação encontra-se ainda de forma incipiente, não encontrando ressonância na comunidade, quanto

ao letramento e alfabetização. Ressalta-se que muitos dos municípios desconhecem totalmente a existência da ação, o que dificulta a construção de novas parcerias para o fomento do programa, além dos inúmeros problemas referentes aos agentes de leitura, ao dificultarem o acesso da comunidade às arcas, devido a questões políticas.

As políticas públicas de incentivo à leitura no país são, todavia, consideradas ineficientes, pois ainda são muito grandes os contrastes nas regiões evidenciadas em pesquisas que atestam sua ineficácia ao tentar diminuir o número de analfabetos no país e a democratização aos bens culturais, por meio das políticas. A falta de articulação entre governo federal, estados e municípios, juntamente com a sociedade civil, acabam por dificultar na elaboração e execução de políticas públicas de incentivo à leitura, seja por questões ideológicas, partidárias ou por ineficiência no planejamento de ações.

As comunidades rurais são excluídas da maioria das políticas públicas que são desenvolvidas no país, não permitindo que se percebam enquanto sujeitos sociais, muitas das vezes agentes passivos em ações que não levam em consideração suas dinâmicas, estruturas produtivas e cultura, submetendo-os a uma política que não respeita as características de cada região, acabando por tornar-se uma política ineficaz no alcance de seus objetivos.

A ampliação e criação de espaços que viabilizem a sociabilidade, questões como letramento e de reafirmação identitária são cruciais para o desenvolvimento; as políticas de incentivo à leitura e bibliotecas são consideradas fatores no auxílio ao desenvolvimento, quando assumem uma atribuição que até então lhes era alheia: ter como seus usuários não só os estudantes, mas outros segmentos que não tinham acesso a esse tipo de bem cultural, como as comunidades rurais, negros, mulheres e os indígenas.

Nas últimas décadas, percebe-se no Maranhão arremedos de políticas culturais, desarticuladas, em sua grande maioria, de políticas globais que têm relação similar, como por exemplo, as de educação. Os investimentos feitos pelo Estado na cultura são ínfimos revelando a pouca atenção dado a área cultural. Os recursos em geral não ultrapassam 1% do orçamento geral do Estado onde as bibliotecas são negligenciadas pela maioria dos governos, que quando muito limitam-se a investir em reformas e ampliação dos prédios (FERREIRA, 2006). Entretanto, uma atuação eficaz por parte de uma biblioteca depende, dentre outros fatores, do acervo, de atividades que podem ser desenvolvidas através de técnicas, métodos, processos, previsões orçamentárias, porém, nada surte efeito se não vier balizada numa sólida política (FREIRE, 1989).

#### 4 CONCLUSÃO

A volatilidade econômica e o dinamismo nas relações sociais são fatores importantes para a compreensão da atual conjuntura política e social e na discussão sobre região, território e movimentos sociais, visto que, nada atua de forma única, mas em conjunto com demais fatores que acabam por definir e direcionar a atuação social, muitas das vezes de forma alienante, alicerçada por visões imperialistas e capitalistas, relegando à neutralidade a atuação dos movimentos sociais e numa compreensão distorcida sobre desenvolvimento regional e estrutura socioespacial.

A base para o desenvolvimento de uma nação reside na necessidade de encontrar a sua identidade como forma de pertencimento e na construção de um caráter próprio. E somente a partir da prioridade cultural – na busca de si mesma – isto se torna possível. O apoio ao bem cultural perpassa pela produção, distribuição, consumo e preservação, tendo nas três primeiras formas, a síntese da ação cultural, a qual pressupõe uma política de Estado.

Uma política que vise o letramento, o acesso à informação e à criação de novos espaços de sociabilidade precisa integrar-se num contexto econômico, social, cultural e político. Assim, uma instituição, uma comunidade e a sociedade têm por obrigação não só preservar, como também difundir, por vários meios, uma prática sociocultural, junto à comunidade, permitindo a participação dos grupos sociais.

Considerando que o desenvolvimento de um país depende do entendimento do grau de informação de seu povo, este será alto, se a população for conscientizada e estimulada por uma ação cultural eficaz. Uma política cultural que inclua o desenvolvimento de bibliotecas, que permita o acesso a locais aonde antes tais bens não chegavam, se for estruturada apenas na entrega, (guarda) e não estiver estruturada em comum com todos os sujeitos sociais através da delimitação de ações, será uma política cultural fadada ao insucesso.

O baixo índice de bibliotecas públicas no Estado evidencia o grau de pobreza em que este se encontra. Esse fato decorre, principalmente, de suas construções histórico-sociológicas, pautadas numa visão colonialista, patrimonialista e sem políticas ajustadas à realidade econômica, social e cultural, assim como da falta de políticas públicas articuladas com a sociedade civil, que possam garantir qualidade de vida e valorização do sujeito. A falta de organização da sociedade civil no Estado agrava ainda mais a situação, pois sem as organizações, não há pressão para que governos cumpram com suas responsabilidades no campo social e cultural.

Apesar de ter uma fundamentação contundente de ação, as políticas de incentivo à leitura ainda se encontram incipientes no alcance de

seus objetivos; a falta de otimização dos espaços criados para favorecer o acesso e democratização do livro e leitura reafirmam a falta de diálogo entre órgãos mantenedores e sujeitos sociais envolvidos no processo.

Todavia, percebe-se um total descaso para com os bens culturais, enfaticamente no Maranhão, pois a inexistência ou ineficácia na estruturação de uma política cultural acaba por não permitir uma integração entre as ações do Estado com a sociedade civil, esbarrando em programas assistencialistas, muitas vezes desconhecidos da grande maioria da população, que precisa passar por uma análise e uma possível intervenção para que alcance um resultado positivo para atingir os seus objetivos em prol da construção de uma visão crítica do mundo, permitindo a participação cidadã no planejamento de políticas públicas.

O processo de democratização do acesso à informação torna-se, dessa forma, utópico, se os atores envolvidos não se imbuírem desse significado. Estado e sociedade civil precisam medir esforços em conjunto para a solução desses problemas, apropriando-se do conceito de cidadania e pondo-o em prática.

#### REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tania Bacelar. **Nordeste, nordestes: que nordeste?** 2000. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obte013.html>>. Acesso em: 29 set. 2011. Versão revisada de artigo com mesmo título publicado em Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro.

BARBOSA, Zulene Muniz. As temporalidades da política no Maranhão. **Lutas sociais**, São Paulo, v. 9/10, abr. 2003. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/neils/downloads/v9\\_artigo\\_zulene.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/v9_artigo_zulene.pdf)>. Acesso em: 29 set. 2011.

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento**. São Paulo: Unicamp, 2007.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional do Livro e Leitura**. Brasília, DF: MINC, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Relatório estadual de bibliotecas Arca das Letras entregues no Maranhão**. 2010. Disponível em: <[http://comunidades.mda.gov.br/dotlrn/clubs/arcadasletras/maranhoma/one-community?page=5&data\\_id=2154224](http://comunidades.mda.gov.br/dotlrn/clubs/arcadasletras/maranhoma/one-community?page=5&data_id=2154224)>. Acesso em: 12 maio 2011.

CARMO, Renato Miguel do. A construção sociológica do espaço rural: da oposição a apropriação. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 252-



280, jan./jun. 2009.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CHAUÍ, Marilena et al. **Política cultural**. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. (Tempo de pensar, 1).

\_\_\_\_\_. **Cidadania cultural**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

DIAS, Ilzeni Silva. **A práxis do professor rural**. 1990. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, 1990.

FEITOSA, Luiz Tadeu. **O poço da draga: a favela e a biblioteca**. São Paulo: Annablume, 1998.

FERREIRA, Antonio José de Araújo. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. 2008. 269 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as bibliotecas públicas para onde vão? **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, Paraíba, v. 2, n. 1, 2006.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989. (Coleção Polêmicas do nosso século, 4).

\_\_\_\_\_. **Ação cultural para a liberdade: e outros escritos**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (O mundo hoje, 10).

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n.2, p. 20-31, maio/ago. 2004.

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A invenção de uma rainha de espada: reatualizações e embaraços na dinâmica política do Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2008.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO,

Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (Orgs.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Paraná: Unioeste, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010/Maranhão**. Disponível em: <[http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados\\_do\\_censo2010.php](http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php)>. Acesso em: 11 jun. 2011.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil 2012**. Disponível em: <<http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/texto.asp?id=2834>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988. (Coleção espaços).

MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado. **Espaço e debates**, São Paulo: NERU, v.24, n.45, p.24-33, jan./jun. 2004.

MASSEY, Doren. Espaço e representação. In: \_\_\_\_\_. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 43-56.

MIRANDA, Aurora Amélia Brito de. **De arrendatários a proprietários: formas de sociabilidade nos assentamentos rurais**. São Luís: EDUFMA, 2010. (Coleção CCSO; Teses e Dissertações).

MOURA, Flávia de Almeida. **Escravos da precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA)**. São Luís: EDUFMA, 2009.

NEGRI, Silvio Moisés. **Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises**. Disponível em: <<http://200.129.241.94/index.php/coletaneas/article/viewFile/64/25>>. Acesso em: 27 set. 2011.

POCHMANN, Márcio. **A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 11-78.

PRADO, Geraldo Moreira. Biblioteca comunitária: território de memória, informação e conhecimento. In: BRAGA, Gilda Maria; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro (Orgs.). **Desafios do impresso ao digital: questões contemporâneas de informação e conhecimento**. Brasília, DF: IBICT: UNESCO, 2009.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 2007. (Coleção Espaços).

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza,**

capital e produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOARES, Cleide Cristina; CARNEIRO, Maria Elisabeth Ribeiro. Bibliotecas rurais para inclusão social no Brasil. **Informação e sociedade**, Brasília, DF, v. 3, n. 2, p. 15-25, jan./jun. 2010.

SOUZA, José Ribamar Furtado de Souza; FURTADO, Eliane Dayse Pontes. **(R)evolução no desenvolvimento rural: território e mediação social: a experiência com quilombolas e indígenas no Maranhão**. Brasília, DF: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2004.

\_\_\_\_\_, Maria Adélia A. de. Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; VIEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

VEIGA, José Eli. A relação rural/urbano no desenvolvimento regional. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2., 2010, Santa Cruz do Sul. **Anais...** Santa Cruz do Sul: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, 2010.

**Carlos Wellington Soares Martins**

Bibliotecário

Mestrando em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Bibliotecário da Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão

E-mail: cawell2000@uol.com.br

**Universidade Federal do Maranhão - UFMA**

Cidade Universitária, Av. dos Portugueses, 1960 - Baganga

São Luis/MA

CEP: 65.085-580